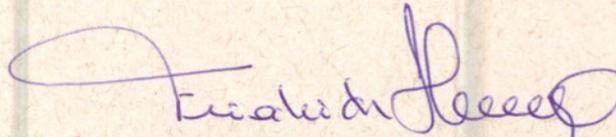


1 ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
2 ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO  
3 SUL - AGEVAP DO ANO DE DOIS MIL E ONZE, REALIZADA NO DIA SEIS DE DEZEMBRO, NO  
4 IGAM, EM BELO HORIZONTE - MG. Aos seis dias do mês de dezembro de 2011, foi realizada a 6ª  
5 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da AGEVAP de 2011, com a presença dos  
6 Conselheiros: Dirceu Miguel Brandão Falce, Paulo Teodoro de Carvalho, Friedrich Wilhelm Herms e  
7 Juarez de Magalhães sendo justificada a ausência da Conselheira Suelleide Silva Prado; e dos seguintes  
8 convidados: Edson Guaracy Lima Fujita (AGEVAP), Cleide Izabel Melo, Maria José da Silva e Renata  
9 Araújo (IGAM); presidida pela Presidente do Conselho de Administração, Sr. Friedrich Wilhelm Herms;  
10 com a seguinte Ordem do Dia: 1) Convênios AGEVAP x IGAM. O Presidente do Conselho de  
11 Administração, Sr. Friedrich Herms, abriu a reunião, posicionando os presentes sobre o problema da  
12 AGEVAP em relação à pendência com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). A Sra. Cleide  
13 Melo enfatizou o empenho do IGAM em solucionar o problema para minimizar as conseqüências da falta  
14 da prestação de contas informando que o relatório não foi aceito pelo Instituto. Informou também que  
15 quando do encaminhamento da documentação pelo então Presidente do Conselho de Administração, Sr.  
16 Wagner Soares Costa, à Doutora Maria Celeste Morais Guimarães (Auditoria-Geral do Estado), foi  
17 determinada pela mesma a instauração da tomada de contas de especial, resultando, na situação vigente,  
18 do pagamento negociado em parcelas. O Sr. Friedrich Herms comentou que houve execução de atividades  
19 no Convênio IGAM x AGEVAP nº 2241010157/08 que não foram consideradas sendo solicitada a  
20 devolução integral do recurso repassado e a Sra. Renata Araújo argumentou que este convênio foi mais  
21 operacional. O Sr. Friedrich Herms comentou que este recurso foi aplicado na bacia sendo que as  
22 realizações significaram 47% das atividades conveniadas e que o repasse, 27% do valor total do convênio.  
23 A Sra. Renata Araújo informou que o problema maior foi com a prestação de contas, onde não se pode  
24 apurar a aplicação efetiva do recurso nas atividades previstas. O Sr. Friedrich Herms então questionou o  
25 porquê da aceitação das atividades sendo enfatizado pela Sra. Maria José que o problema foi na prestação  
26 de contas. A Sra. Cleide Melo disse que o grande problema foi na documentação apresentada  
27 prejudicando a prestação de contas. O Sr. Juarez de Magalhães colocou a existência de falhas de lado a  
28 lado, sendo parte devido ao pioneirismo na gestão participativa das águas e também a inexistência da não  
29 formalização dos sub-convênios. O Sr. Antônio (responsável pela fiscalização de convênios e contratos  
30 do IGAM) citou uma reunião com a Mariana (funcionária da AGEVAP) para separar a documentação dos  
31 2 sub-convênios e não teve como vincular as despesas com a prestação de contas, não aceitando a referida  
32 prestação. Houve um erro gritante como repasse de recurso para uma pessoa que pagou uma empresa, não  
33 apresentou recibos e não prestou conta do saldo. O Sr. Paulo Teodoro argumentou sobre erro de origem:  
34 seria convênio ou contrato. Argumentou ainda, que a AGEVAP não está sujeita apenas à Lei nº  
35 8.666/1993, mas também à Lei nº 10.881/2004 e à Resolução ANA nº 552/2011. O Sr. Antônio explicou  
36 que a AGEVAP informou não necessitar de treinamento e que orientou o técnico da Associação sobre  
37 aplicação dos recursos. O Sr. Friedrich Herms relatou que na discussão prévia a assinatura dos convênios  
38 no Conselho de Administração estavam presentes representantes da FUNCEC, Consórcio Intermunicipal  
39 para Proteção e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Pomba e IGAM, porém não houve registros  
40 mostrando o conhecimento dos sub-convênios, não havendo solicitação de autorização dos mesmos. E  
41 argumentou que o IGAM utilizou as informações geradas, inclusive para atender suas metas. A discussão  
42 discorreu entre o trabalho entregue e a não prestação de contas, sendo enfatizado os esforços em não  
43 deteriorar as relações entre o IGAM e a AGEVAP. A Sra. Cleide Melo ressaltou a realização de inúmeras  
44 reuniões entre a diretoria da AGEVAP e representantes do IGAM no sentido de se conseguir solucionar o  
45 problema. Devido a circunstância da não aceitação da prestação de contas foram envidados esforços para  
46 minimizar as conseqüências deste fato. O Sr. Paulo Teodoro discorreu sobre o pioneirismo e sobre as  
47 dificuldades quando se toma decisões inadequadas. A dificuldade em parecer mais do que ser. Explicou  
48 que além de ser, tem que parecer que é. Informou que o novo Conselho de Administração pode, inclusive,  
49 discordar do Conselho de Administração anterior e que tem dúvidas quanto as considerações do relatório  
50 da Comissão de Sindicância. Informou ainda que, no setor público, não se pode deixar nenhuma  
51 pendência para evitar ser chamado mais tarde para se explicar. Questionou sobre a possibilidade de  
52 remeter e renegociar este assunto. A Sra. Cleide Melo informou que para evitar a tomada de contas  
53 especial, foi acordado o pagamento parcelado e a Sra. Renata Araújo, sobre a impossibilidade de reverter  
54 o quadro atual quanto aos convênios que já foram encerrados. O Sr. Friedrich Herms questionou sobre a  
55 possibilidade de alguma forma de aditamento nos convênios e foi informado, pela Sra. Renata Araújo,

56 que não há como aditar convênio encerrado. O Sr. Friedrich Herms questionou também se, em virtude do  
57 valor dos produtos, há como reenquadrar e renegociar o convênio sendo afirmado pela Sra. Renata Araújo  
58 que pelo pagamento das prestações que a AGEVAP vem fazendo, há o reconhecimento implícito da  
59 aceitação de culpa. O Sr. Friedrich Herms questionou se o termo de ajuste pode incluir o valor das  
60 atividades realizadas para diminuir o débito. A Sra. Renata Araújo colocou que a AGEVAP não  
61 conseguiu comprovar que utilizou os recursos para atendimento das metas do convênio, por isso da  
62 solicitação de devolução dos recursos repassados. Mesmo se os produtos tivessem sido entregues, a meta  
63 não foi cumprida, gerando, portanto, a necessidade de devolução dos recursos financeiros. O Sr. Friedrich  
64 Herms questionou se há como iniciar um novo convênio para terminar este de modo que as metas  
65 pactuadas possam ser cumpridas. A Sra. Renata Araújo afirmou que a AGEVAP tinha que, como  
66 entidade equiparada, iniciar a cobrança em 3 anos (meta do convênio que não foi atingida).  
67 Consequentemente, um novo convênio com as mesmas metas não pode ser assinado. A Sra. Cleide Melo  
68 comentou que a existência de cobrança são necessários: cadastro, plano de recursos hídricos e entidade  
69 equiparada a Agência de Bacia previamente. O Sr. Paulo Teodoro propôs um caminho alternativo: a  
70 AGEVAP candidatar-se a recursos do FHIDRO para terminar os trabalhos (para isso a AGEVAP teria  
71 que ter uma Unidade Descentralizada em Minas Gerais). Nada mais havendo a tratar, o Presidente  
72 agradeceu a presença de todos e a atenção dispensada pelo IGAM e encerrou a 6ª Reunião Extraordinária  
73 do Conselho de Administração da AGEVAP de 2011, tendo a presente ata sido lavrada por mim, Edson  
74 Guaracy Lima Fujita, secretário *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada pelo Presidente do Conselho  
75 de Administração da AGEVAP, Sr. Friedrich Wilhelm Herms, que a presidiu.

76 **Ata aprovada na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 2012, realizada nos dias**  
77 **26 e 27 de janeiro de 2012, em Resende/RJ.**

78  
79 **Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2011**

80  
81  
82  
83  
84  
85  


FRIEDRICH WILHELM HERMS  
Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP